

Perfil da agricultura familiar no município de Cachoeira do Sul – RS: uma análise dos aspectos sociais, econômicos e ambientais

Júlia Bozzetto Alves

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-mail: julia-alves@uergs.edu.br , <http://lattes.cnpq.br/8816103138817874>

Chaiane Leal Agne

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-mail: chaiane-agne@uergs.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/0468642099344094>

Resumo

A agricultura familiar contrasta com a agricultura convencional, pela heterogeneidade social, ambiental e econômica e ainda pela capacidade de geração de emprego e renda. No que diz respeito ao abastecimento alimentar brasileiro, a agricultura familiar é responsável pelos produtos que compõem a cesta básica. Devido à diversidade, há limitações de trabalhos com o foco sobre o perfil da agricultura familiar, especialmente visando descrever as características deste público em municípios e regiões brasileiros. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares de acordo com o Censo Agropecuário (2017). A metodologia baseou-se na coleta de dados secundários sobre a agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Os resultados demonstraram que agricultura familiar está associada às formas de cultivo da terra e produção rural, onde a mão de obra é majoritariamente proveniente do núcleo familiar e é responsável por 80% de toda a produção mundial de alimentos onde mais de 500 milhões de produtores rurais dedicados à agricultura familiar no mundo, o que representa mais de 90% de todas as propriedades agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Perfil, Censo Agropecuário

Abstract

Family farming contrasts with conventional agriculture, due to the social, environmental and economic heterogeneity and the capacity to generate jobs and income. With regard to the Brazilian food supply, family farming is responsible for the products that make up the basic basket. Due to the diversity, there are limitations of works with a focus on the profile of family farming, especially aiming to describe the characteristics of this public in Brazilian municipalities and regions. In this sense, this article aims to analyze the social, economic and environmental aspects of family farmers according to the Agricultural Census (2017). The methodology was based on the collection of secondary data on family farming in the municipality of Cachoeira do Sul, available at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA). The results showed that family farming is associated with forms of land cultivation and rural production, where labor is mostly from the family and is responsible for 80% of all world food production, where more than 500 million rural producers dedicated to family farming in the world, which represents more than 90% of all agricultural properties.

Keywords: Family farming, Profile, Agricultural Census.

Introdução

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar - por muito tempo chamada de “pequena agricultura” ou “agricultura de subsistência” - é um setor que cumpre um papel importante para o desenvolvimento Rural. Todavia, ao longo de todo período imperial, e nos períodos subsequentes, a agricultura familiar não contou com apoio governamental.

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares. Com o passar dos anos, a integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural pode interferir nos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares (RAMBO *et al.*, 2016).

Dessa forma, a agricultura familiar, caracterizada por Guilhoto *et al.* (2007) e Pereira (2010), exerce influência na geração de empregos e na produção de alimentos no meio rural, voltada principalmente para autoconsumo e à comercialização, colaborando para evitar o êxodo rural e fortalecer a renda das famílias. A agricultura familiar tem sido responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos, contribuindo com o abastecimento urbano através da diversificação de suas atividades e/ou do beneficiamento dos alimentos. “A agricultura familiar no Brasil representa 84% do total dos estabelecimentos rurais. Estes agricultores são responsáveis por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e na produção de 50% dos alimentos” (MDA, 2017).

Conforme os dados do Censo Demográfico de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população de Cachoeira do Sul – RS é de 81.869 habitantes, dos quais 68.186 vivem na zona urbana e 11.735 na zona rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considera as características de saúde, renda e educação específicas do município e, no ano de 2010, o IDHM situou-se em 0,647 (PNUD, 2010), compreendido na faixa de médio desenvolvimento humano. O Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 posicionou-se em R\$ 1517953,000 milhões, com uma renda per capita próxima de R\$ 18.241 (IBGE, 2010).

No que diz respeito às atividades agropecuárias, o município se destaca no desenvolvimento de grãos, hortaliças, fruticultura e pecuária. A agricultura familiar é um segmento produtivo ao desenvolvimento rural, já que abastece o mercado local, além de estar presente em 9.100 estabelecimentos rurais e está presente em 2.780 estabelecimentos rurais, correspondendo uma área de 320,4 mil hectares (IBGE, 2017). Além disso, os agricultores familiares ainda industrializam alimentos, agregando valor à produção agropecuária. Entre estes produtos podemos citar pães, cucas, biscoitos, queijos, entre outros. É pertinente salientar como característica importante da Agricultura Familiar, no que tange à função social, é a geração de renda em nível local que abastece os mercados consumidores locais e regionais. As famílias se dedicam às atividades de alimentos estão utilizando matéria-prima própria, especialmente oriunda dos seus pomares e hortaliças domésticos e relaciona-se diretamente com a comercialização dos produtos, maneira mais direta – que é o caso da comercialização realizada em feiras, gerando e fazendo circular a economia, o que é um ponto importante a ser considerado no âmbito do desenvolvimento regional.

Conforme o exposto, este artigo buscará responder a seguinte questão: como pode ser caracterizada a agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul no que se refere aos aspectos sociais, econômicos e ambientais? Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares de acordo com o Censo Agropecuário (2017).

Este estudo pode ser justificado pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa com um foco inovador, pois permite obter um retrato da agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul. A pesquisa visa contribuir para a geração de um banco de dados sobre o perfil da agricultura familiar local, o qual poderá auxiliar os órgãos públicos, as organizações sociais no que diz respeito à construção de ações de Desenvolvimento Rural. Os dados secundários disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) ainda são poucos utilizados, especialmente quando se trata de análises com esse propósito.

Considerando o exposto, este artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução. A próxima seção apresentará as principais noções utilizadas como guia teórico para a realização deste trabalho. A terceira seção apresentará as técnicas utilizadas na pesquisa. Os resultados e discussões serão apresentadas na quarta seção. Por fim, o artigo finaliza com as considerações finais.

Desenvolvimento rural no Brasil

Para compreender o desenvolvimento rural atual no Brasil é necessário retomar alguns aspectos históricos. A agricultura teve início há cerca de 10.000/ 12.000 anos ainda no período neolítico, quando o homem precisou buscar novas alternativas além da caça para sua alimentação (FELDENS, 2018). Durante este período ocorreu a primeira revolução agrícola, quando o ser humano deixou de ser nômade e de apenas caçar e coletar, para se dedicar à agricultura, essa revolução surgiu na Grã-Bretanha e se notabilizou por avanços agrícolas, como o emprego de técnicas para aumentar a produção (FELDENS, 2018). Com o avanço da Revolução Industrial, emerge o que os autores chamam de “Segunda Revolução agrícola contemporânea” que tem como princípio o aumento da industrialização na agricultura. As mudanças ocorridas a partir da Revolução Industrial impactaram diretamente os recursos naturais e a forma de vida das populações rurais e urbanas (NAVARRO, 2001).

É neste período que aumenta a quantidade e especialização das maquinarias, e deu com a agregação de tecnologias, além de apuração das técnicas de agricultura já utilizadas (PASQUALOTTO et al., 2019). Segundo autores como Bolter e colaboradores em 1930, a agricultura brasileira, mesmo com suas brandas evoluções, era considerada a base da economia do país, é possível perceber acontecimentos que marcaram a história agrária e agrícola brasileira (BOLTER et al., 2012). Neste período, atentando para a importância desse setor, o governo passou a estabelecer políticas de fortalecimento à produção agrícola, especialmente produtos destinados à exportação.

Esse fato se estende até 1945, quando a agricultura passa para um segundo plano, pois os governantes brasileiros optam a partir daí pelo desenvolvimento econômico baseado no modelo industrial, o que faz com que o cenário e as políticas brasileiras passem a acompanhar uma nova ordem econômica mundial, com um viés economicista de características eminentemente técnico industriais

(RIBEIRO, 2005). Segundo Teixeira (2005) na década de 1950 iniciou-se, no Brasil, o processo de modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960 principalmente nas regiões Sul e Sudeste e expandiu para outras regiões, sobretudo a partir da década de 1970. Assim, o espaço agrário brasileiro passou por significativas mudanças nas últimas décadas.

A modernização trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, se apresentou de maneira excludente, beneficiando apenas parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural (TEIXEIRA, 2005).

Além disso, causou grandes impactos ambientais decorrentes do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários, além de contribuir para o desemprego no campo e consequente êxodo rural. Segundo Brum (1988), as principais razões da modernização da agricultura são: a-) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b-) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c-) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d-) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país. Através da modernização da agricultura, os produtores buscam melhores condições de enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que concerne à produção e melhorar alguns fatores necessários.

Assim, através de uma artificial conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, busca-se a obtenção de maior produtividade (FELDENS, 2018). Nos últimos 40 anos, o Brasil saiu da condição de importador de alimentos para se tornar um grande provedor para o mundo e a agricultura se modernizou, mas ainda existem grandes desafios, a agricultura brasileira era rudimentar em meados do século passado e ao longo de todo período imperial (TEIXEIRA, 2005).

Ao decorrer dos períodos subsequentes, a agricultura familiar não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente e assim, no Brasil, percebem-se que ao final do século XX, encontramos o Estado, os movimentos sociais, e os estudiosos, de certa forma, ligados por essas redes, pensando e formulando ações e ou políticas públicas voltadas para o meio rural (JACCOUD, 2005). Assim, o Estado volta-se aos agricultores (agora também os pequenos e médios), os quais, bem como suas organizações, não são mais algo obscuro no processo e sim, são os focos para as novas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do país.

Agricultura familiar: histórico e transformações recentes

A importância da agricultura familiar é inquestionável no processo de desenvolvimento rural. Seu potencial na atualidade vai além da produção de alimentos, também é uma questão social, econômica, política e ambiental. Segundo Duarte e colaboradores discute-se hoje o seu papel na ocupação e renda nos espaços rurais, assim como a responsabilidade pela utilização sustentável dos recursos naturais (DUARTE et al., 2020).

Dentro dessa perspectiva, devem ser ressaltados os recentes fenômenos que vêm acontecendo no meio rural brasileiro. “Novos espaços surgiram, permitindo que houvesse inúmeras manifestações sobre o papel da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural” (FLORES, 2002,

p.347). Com isso, os espaços rurais também sofreram transformações, deixando de ter apenas a função de produção, como comentam Grossi e Silva (2002, p.13):

[...] o meio rural brasileiro não é mais o mesmo, e tornou-se grande parte, “num lugar de residência dissociado do local de trabalho, ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e locais de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas.

Entrelaçado ao avanço tecnológico e a modernização da agricultura surge também a preocupação com o equilíbrio ecológico. Esse processo de produção capitalista tem colaborado com a degradação de ecossistemas, com a extinção de plantas e animais. Cabe ressaltar que o mesmo processo que gerou a exclusão e o abandono do campo por famílias de agricultores, também foi responsável pelo surgimento de uma outra dinâmica no campo que vem apontando caminhos que podem ser considerados como a solução para uma permanência digna de homens e mulheres nesses espaços. Nesse sentido, Schneider (2005) afirma que desde a primeira metade dos anos 90, está surgindo uma legitimação e proeminência da agricultura familiar, que busca nos espaços políticos firmar-se como categoria social estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável.

O surgimento de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias antigas, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais tem possibilitado a conquista de novos espaços, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, oficializado em 1996 e o fortalecimento das ações de reforma agrária, acontecimentos que marcaram a conquista de espaços para a agricultura familiar (FLORES, 2002).

Nesse contexto, Grossi e Silva (2002) acrescentam que o despertar de atividades antes consideradas como hobbies começaram a assumir importância econômica no cenário da agricultura familiar. Vivemos em um mundo onde as transformações são constantes, tanto no campo como na cidade este momento pode ser denominado “novo rural” onde é necessário que os espaços sejam adaptados para essas mudanças (MAIA, 2015).

De acordo com Grossi e Silva (2002) este fenômeno de “Novo Rural” que no Brasil também é conhecido por novo rural brasileiro está ligado diretamente a essa transformação que a agricultura familiar vem sofrendo. Dentro desta perspectiva, o espaço rural brasileiro não pode mais ser reduzido a sua dimensão agrícola, agrária ou as tradicionais atividades produtivas para justificar a dinâmica do emprego rural do país. Segundo Silva (1996), é necessário que sejam envolvidas as atividades rurais não agrícolas decorrentes das novas demandas da urbanização do meio rural. Assim, são recorrentes as atividades relacionadas ao turismo, lazer, criação de animais e plantas exóticas e outros serviços rurais. Apesar de receberem a denominação de “novas” de acordo com Grossi e Silva (2002) essas atividades são seculares, mas não tinham, até pouco tempo, importância econômica.

Agricultura familiar: definições teóricas e normativas

De acordo com Oliveira (2018) nos últimos 25 anos, ao mesmo tempo em que a agricultura familiar passou a ser ator social ativo nas mais diversas políticas públicas, as discussões sobre

desenvolvimento evoluíram com os debates internacionais iniciados na década de 1970 que questionaram o modelo de desenvolvimento vigente. No Brasil foram criadas diversas normas com o objetivo de regular o acesso, proteger e preservar os bens naturais, destacando-se a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), o Artigo 225 da Constituição Federal (1988), a Lei de Crimes Ambientais (1988) e o Código Florestal (revisado em 2012). A lei 11.326/2006 positivou no direito brasileiro o conceito de agricultura familiar, identificado a partir de elementos essencialmente socioeconômicos. Contudo, ao estender seus efeitos ao conjunto de povos e comunidades tradicionais, a lei acabou por criar um segundo grupo de agricultores familiares, identificado a partir de elementos culturais e socioeconômicos a instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e de acordo com o seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) não deter, a qualquer título, área maior de que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) ter percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; e d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Para uma melhor análise do conceito apresentado pela lei, torna-se pertinente revisitar isoladamente os quatro elementos referidos no artigo, quais sejam: módulo fiscal, mão de obra familiar; percentual mínimo de renda familiar; gerenciamento familiar do estabelecimento/empreendimento.

Em linhas gerais, percebe-se que a noção de agricultura familiar a partir dos elementos socioeconômicos visa se opor ao modelo agrícola convencional. Contudo, simplificações dualistas (agricultura de subsistência vs agricultura de excedentes, agricultura de baixa renda vs agricultura de grande lucratividade, agricultura artesanal vs agricultura moderna) devem ser evitadas. Como expõe o sociólogo Sérgio Schneider (2004, p.4):

Neste sentido, deve-se abandonar aquelas perspectivas de análise e interpretação que se baseiam em um raciocínio dualista, tipológico e ordenador da heterogeneidade social e econômica que caracteriza as formas familiares de produção. Para estas perspectivas, às formas familiares correspondem características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc. Já as formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se em trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos.

Distintamente desse grupo identificado por elementos socioeconômicos, percebe-se um segundo grupo de agricultores familiares, vislumbrado a partir de elementos culturais, ao qual a lei estende os benefícios decorrentes da lei 11.326. O conceito *standard* de agricultura familiar adotado pela lei 11.326/2006, em interpretação conjunta com suas regulamentações administrativas, apresenta um conjunto de elementos estritamente socioeconômicos.

De fato, a emergência das preocupações políticas com a agricultura familiar nos anos 90 teve por foco o aumento da produtividade agrícola e a melhoria das condições sociais deste grupo, o que se consolidou na noção jurídica adotada em 2006. A lei, contudo, ampliou este conceito, aportando elementos também culturais para qualificação do agricultor familiar. O artigo 3º, §2º inclui no rol de

beneficiários da lei, um conjunto de comunidades tradicionais que não cumprem necessariamente os requisitos exigidos no conceito standard.

Destaca-se neste rol, os a) Sivicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes (inciso I); b) Aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dez hectares ou ocupem quinhentos metros cúbicos de água, quando a exploração se efetivar em tanques-redes (inciso II); c) Extrativistas que exerçam sua atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores (inciso III). Neste caso, a exigência acerca do tamanho da propriedade é dispensada; a) Pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (inciso IV); b) Povos indígenas que atendam aos requisitos referentes à natureza da mão-de-obra, ao percentual mínimo de renda familiar e à direção familiar da produção (inciso V); c) Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (que atendam também os requisitos referentes à natureza da mão-de obra, ao percentual mínimo de renda familiar e à direção familiar da produção) (inciso VI).

Ao estabelecer a inclusão dos grupos acima mencionados como beneficiários da lei 11.326/2006, em termos práticos, a lei equipara estas comunidades aos demais agricultores familiares. O grande desafio reside justamente na delimitação da noção de comunidades tradicionais. Observa-se na literatura internacional a utilização de diversas denominações para a categoria em foco, tais como autóctonos, nativos, aborígenes e indígenas.

Como destaca Isaias Montanari Júnior, a expressão indígena, comumente observada em documentos internacionais, é ampla e abrange povos espalhados em todo o mundo. “Em comum, têm o fato de que cada um se identifica com uma comunidade própria, diferente acima de tudo da cultura do colonizador” (MONTANARI JÚNIOR, 2013, p. 24). A lei apresentou um conceito socioeconômico de agricultura familiar, observado em seu artigo 3º. Contudo, a lei ainda incluiu entre os beneficiários da lei, um conjunto de grupos identificados a partir de elementos culturais, utilizando-se de uma expressão ampla, qual seja, povos e comunidades tradicionais. E apresentou como hipótese a ideia de que a lei estabeleceu dois grupos distintos de agricultores familiares (que algumas ocasiões podem se convergir): um deles identificados a partir de elementos socioeconômicos (limite do tamanho da propriedade, natureza da mão de obra utilizada, limite da renda familiar e forma de gestão), e outro grupo identificado a partir de elementos culturais. Para uma precisão conceitual de ambos os grupos, torna-se necessário a importação de noções advindas de outras normas.

Para delimitar os agricultores familiares no Censo Agropecuário segundo a Lei n. 11.326 foi utilizado o método de exclusões sucessivas e complementares, ou seja, para o estabelecimento ser classificado como de agricultura familiar precisa atender simultaneamente a todas as condições abaixo descritas. É oportuno observar que a elaboração do questionário aplicado pelo Censo Agropecuário é anterior à sanção da Lei n. 11.326 e por esta razão procurou-se adequar o questionário ao enunciado legal. Outro esclarecimento importante diz respeito à unidade de pesquisa utilizada no Censo Agropecuário: o estabelecimento agropecuário. O conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, ao passo que o de estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário.

Metodologia

Este capítulo tem como finalidade descrever os processos metodológicos que foram utilizados durante a investigação. A pesquisa foi classificada como qualitativa e quantitativa, desenvolvida a partir da coleta de dados secundários sobre a agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul, disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). De acordo com Lakatos e Marconi (2010), pesquisas são consideradas quantitativas os pesquisadores partem de amostras amplas e de informações numéricas. E em abordagens qualitativas, preocupam-se em avaliar e explicar aspectos mais detalhados, apresentando a complexidade do comportamento humano. Traz uma análise mais minuciosa sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Inicialmente, foi construído um banco de dados considerando as variáveis disponíveis na Plataforma. Portanto, não foram utilizados questionários ou roteiros de pesquisa, pois o foco do trabalho requer a coleta de dados secundários. De acordo com Mattar(1966), dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados e ordenados, e às vezes até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados. A plataforma é gratuita, cujo acesso não requer cadastro.

A coleta de dados foi realizada no mês de Janeiro e Fevereiro de 2021. A partir dos dados coletados buscou-se entender o perfil da agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul, já a organização do banco de dados seguiu o ordenamento proposto nos objetivos específicos deste trabalho que seriam Identificar e descrever o número de estabelecimentos totais e de acordo com seguintes aspectos: condição dos produtores, escolaridade, gênero, área e direção do estabelecimento, pessoal ocupado, organizações sociais e orientação técnica; Identificar e descrever o número de estabelecimentos de acordo com os seguintes aspectos: atividades econômicas desenvolvidas, faixa de renda ou valor da produção, máquinas, implementos e veículos; e Identificar o número de produtores orgânicos, atividades desenvolvidas e uso de recursos naturais. Para tal organização, foi utilizado o programa Excel, por ser um programa de fácil acesso e manuseio. A composição do banco de dados incluiu: o número de estabelecimentos totais relacionado com: condição dos produtores, escolaridade, gênero, área e direção do estabelecimento, pessoal ocupado, organizações sociais e orientação técnica; atividades econômicas desenvolvidas, faixa de renda ou valor da produção, máquinas, implementos e veículos e etc. Os dados referem-se ao ano de 2017 e é identificado como o último Censo Agropecuário disponível. Quanto à análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva que tem como finalidade a organização, apresentação e sintetização de dados. Utilizando gráficos, tabelas e medidas descritivas como ferramentas.

Durante a etapa inicial da análise, destina-se obtenção das informações que indicam possíveis modelos a serem utilizados numa fase final que seria a chamada inferência estatística (REIS, 1988).

As medidas utilizadas incluíram valores absolutos, porcentagem e média. Após os procedimentos de pesquisa os dados foram reunidos em tabelas e gráficos, cujas informações poderão ser visualizadas e comparadas.

Resultados e Discussões

O município de Cachoeira do Sul, situado na região da Depressão Central, pertence à denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul. Metade Sul é a denominação da região geográfica em uma área física, que abrange aproximadamente a metade do Estado. Quanto à localização, encontra-se situado no centro do Estado do Rio Grande do Sul, entre as rodovias BR 290 e RS 287, fazendo parte da microrregião conhecida como Vale do Jacuí, distante cerca de 196 km de Porto Alegre. Segundo o Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o município possui 83.827 habitantes, área de 3.735.164 Km², população rural composta por 12.127 habitantes, o que perfaz 14,5% do total de seus moradores; o restante, aproximadamente 85,5% encontra-se em área urbana (IBGE, 2010). A densidade demográfica é de 22,4 hab/km², a taxa de analfabetismo é de 7,50% e a expectativa de vida ao nascer é de 70,95 anos. O coeficiente de mortalidade infantil é de 15,83 por mil nascidos vivos (IBGE 2010). Em relação ao produto interno bruto, tem-se o produto interno bruto PIB pm de R\$: 1.073,50 e o PIB per capita de R\$: 12.375 (IBGE, 2010).

Ao observar os dados coletados no Censo Demográfico 2000 e 2010, nota-se a diminuição da população total que passou de 87.850 em 2000 para 83.827(5%) sendo 74.103 residentes na área urbana em 2000 e 71.700 (3,3%) área urbana em 2010, tendo a redução. Já a área rural em 2000 foi de 13.747 para 12.127 (12%) em 2010. Em Cachoeira do Sul, temos aproximadamente 2780 estabelecimentos agropecuários, sendo 1759 agricultura familiar e o restante 1021 de agricultura não familiar e o pessoal ocupado com agricultura familiar tem aproximadamente 2778 pessoas sendo 1759 pessoas agricultura familiar e o restante 1019 não familiar.

A agricultura brasileira se destaca entre as maiores do mundo, ocupando a quinta posição no ranking dos maiores produtores de alimentos, e ainda, representa uma fonte de matéria-prima e de alimentos para inúmeros países. As principais características dos agricultores familiares são a independência de insumos externos à propriedade e a produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar. No entanto, diversas outras características estão associadas a este tipo de agricultor como o uso de energia solar, animal e humana, a pequena propriedade, a alta autossuficiência e pouco uso de insumos externos, a força de trabalho familiar ou comunitária, a alta diversidade eco geográfica, biológica, genética e produtiva, baixa produção de dejetos, a predominância dos valores de uso, se baseia no intercâmbio ecológico com a natureza, o conhecimento holístico, ágrafo e flexível.

A agricultura familiar está associada às formas de cultivo da terra e produção rural, onde a mão de obra é majoritariamente proveniente do núcleo familiar. Uma das características da agricultura familiar é a produção a partir de pequenos agricultores, com maior diversidade produtiva, onde normalmente a família tem o papel de proprietária, gestora e ainda é responsável por toda a logística de produção e comercialização.

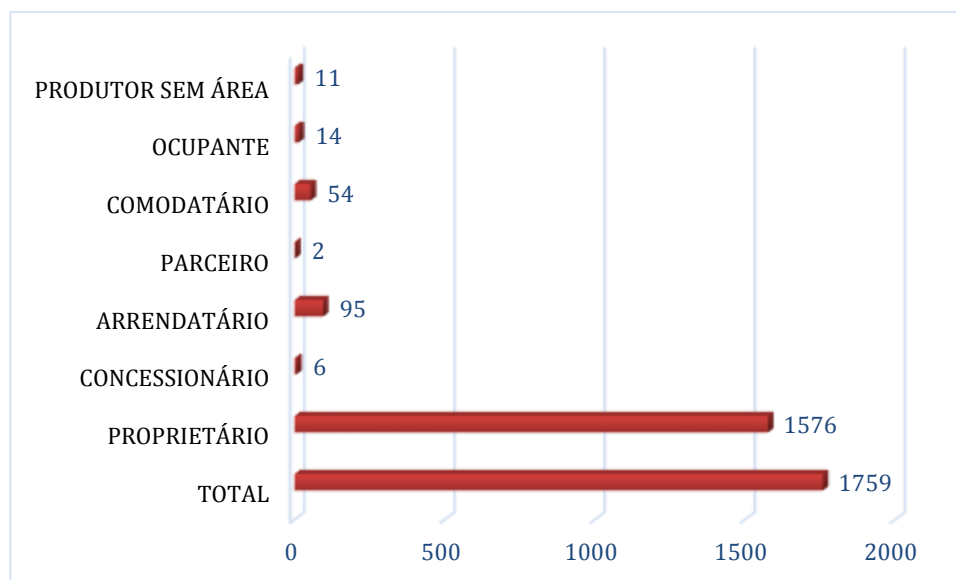
De acordo com dados da ONU (2016) – Organizações das Nações Unidas, a agricultura familiar é responsável por 80% de toda a produção mundial de alimentos. A ONU também informou que são mais de 500 milhões de produtores rurais dedicados à agricultura familiar no mundo, o que representa mais de 90% de todas as propriedades agrícolas.

As próximas seções descrevem os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares do município de Cachoeira do Sul. Tal mapeamento é pertinente para a obtenção de um retrato desta categoria social no âmbito local, tendo em vista servir como subsídios para a elaboração de ações e políticas públicas de Desenvolvimento Rural.

Aspectos Sociais

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a condição dos agricultores familiares em números absolutos referentes aos seus estabelecimentos rurais. Do total do número de estabelecimentos destaca-se a condição “proprietário”, presente em 1.576 unidades. Os agricultores familiares do município ainda arrendam terras para produzir, sendo que esta categoria representa a condição de apenas 95 estabelecimentos. As demais categorias “comodatário”, “ocupante” e “produtor sem área” representam, respectivamente a 54, 14 e 11 estabelecimentos. Intitulamos como outros a condição de parceiro com 2 estabelecimentos e concessionário (a) ou assentado/ aguardando titulação definitiva com 7 estabelecimentos.

Gráfico 1 – Condição dos estabelecimentos rurais do município de Cachoeira do Sul (números absolutos).

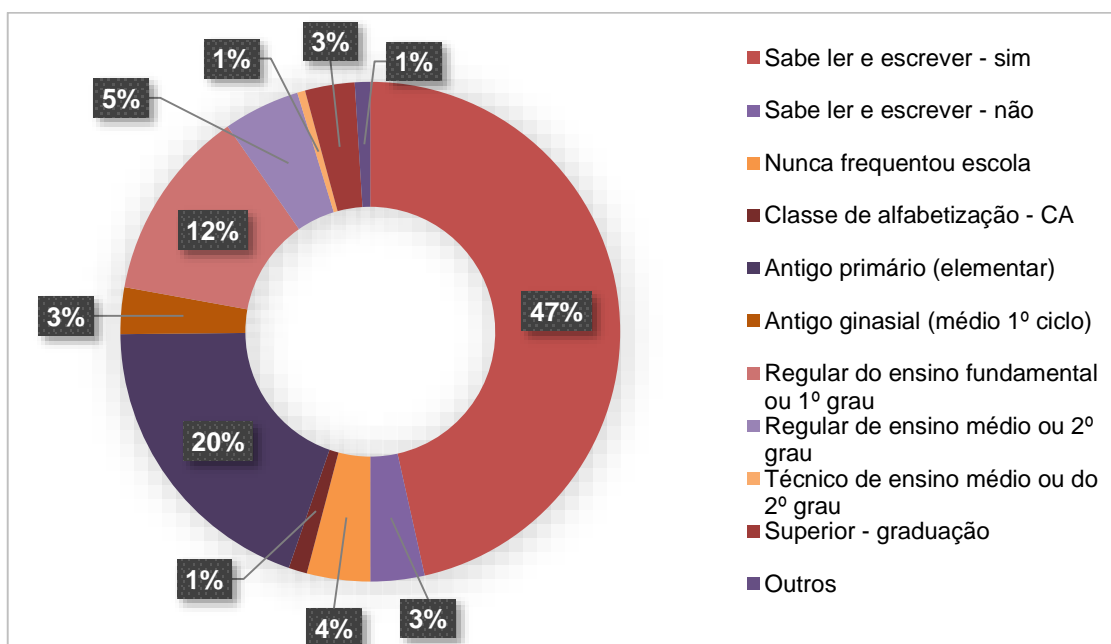


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O Gráfico 2, a seguir, representa a porcentagem da escolaridade dos agricultores familiares e destaca-se que 47% dos produtores sabem ler e escrever. Essa condição está presente em 1636 pessoas. No entanto, 3% dos produtores não sabem ler e escrever, representando 123 pessoas. Um

grupo de pessoas que nunca frequentou a escola representa 4% dos produtores (144 pessoas). A classe de alfabetização CA é representada por 1% em um grupo de 42 pessoas. O antigo primário elementar representa 20% dos produtores que são um grupo de 688 produtores. 106 produtores possuem o antigo ginásial (médio 1º ciclo) que representa 3% do grupo de produtores da agricultura familiar. 12% é representado por ter 1º grau que é 439 pessoas e 5% que equivale a 174 com apenas o segundo grau. O nível técnico de ensino médio é 1% com um grupo de 18 pessoas. Quanto ao ensino superior, apenas 113 pessoas possuem, representando 3% do gráfico. E a categoria outros é representada pelas seguintes categorias: Alfabetização de jovens e adultos – AJA, EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau, Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo), EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau, e Mestrado ou doutorado representam 1% no total de 35 pessoas.

Gráfico 2 – Escolaridade dos Agricultores Familiares

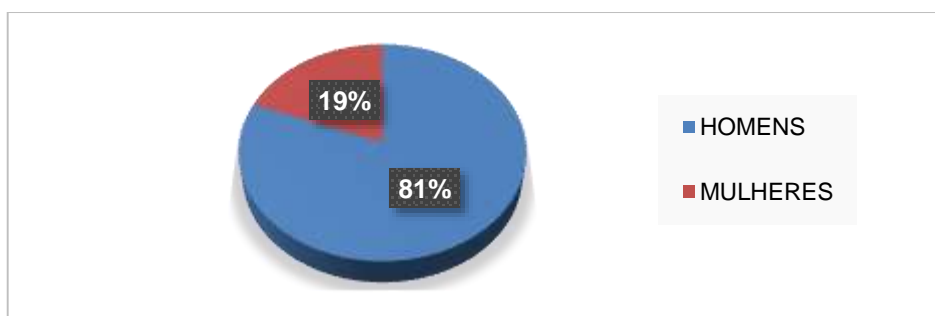


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O terceiro gráfico representa a porcentagem de homens e mulheres no comando da propriedade rural, correspondendo a 81% homens e 19% mulheres. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%. Nesse sentido, é possível evidenciar que a presença masculina ainda é predominante e responsável pela posse da terra. Com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades, há uma diferença entre mulheres proprietárias e não proprietárias. O número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão. A partir do Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. De acordo com a pesquisa, juntas, elas administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada

pelos estabelecimentos rurais no país. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%. Com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades, há uma diferença entre mulheres proprietárias e não proprietárias. A partir dessa constatação, as porcentagens referentes à posse da terra são iguais para a realidade brasileira em comparação com o contexto local.

Gráfico 3 – Homens e mulheres no comando da propriedade rural

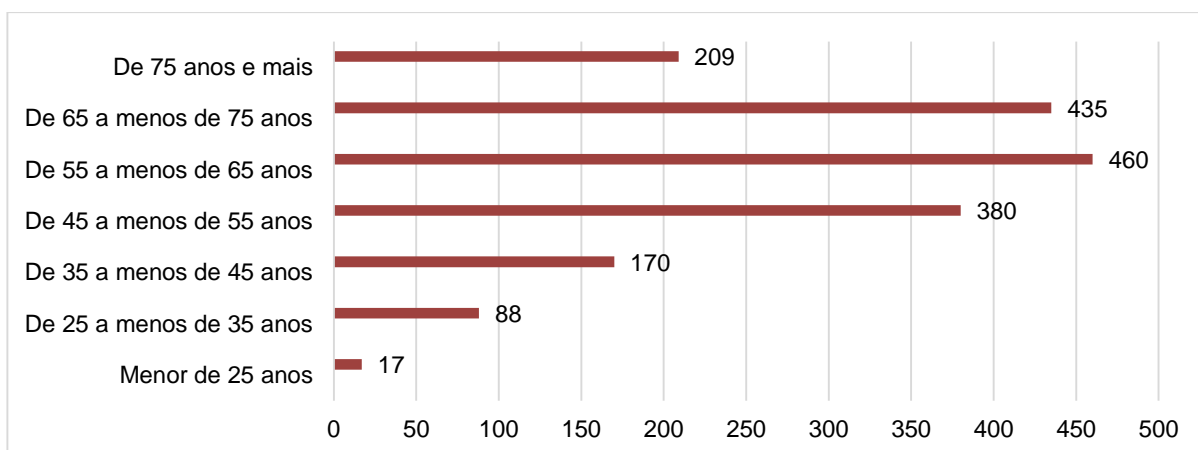


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O quarto gráfico é representado pela faixa de idade da agricultura familiar local. É possível observar que mais da metade da amostra está incluída no público com idade de 55 a mais de 75 anos. Nesse sentido, destaca-se o envelhecimento da população da agricultura familiar. 209 produtores têm mais de 75 anos, de 65 a 75 anos são (435) produtores. A faixa de 55 a 65 anos representa o maior grupo, com 460 produtores. De 45 a 55 são (380) e 35 a 45 são (170) produtores. De 25 a 35 são representados por (88) pessoas e com menos de 25 anos (17) pessoas.

Conforme Jahn (2013), para a sociedade brasileira de forma geral, o aumento da população idosa impacta na maior demanda dos serviços públicos de saúde e dos encargos com a aposentadoria. Para o meio rural, o envelhecimento vai além das questões de saúde ou da aposentadoria, pois ainda que o recurso da aposentadoria rural seja visto como fundamental para a manutenção das pessoas idosas no campo, bem como o suporte de políticas públicas de saúde, educação e crédito rural. No entanto, estas não são suficientes para garantir a qualidade de vida. Desse modo, o envelhecimento tornou-se uma questão social relevante no meio rural, principalmente pelo fato de que as novas gerações visualizam as cidades como espaços de vida mais promissores e, com isso, evidenciando ainda mais, especialmente de forma numérica, o envelhecimento da população rural que permanece.

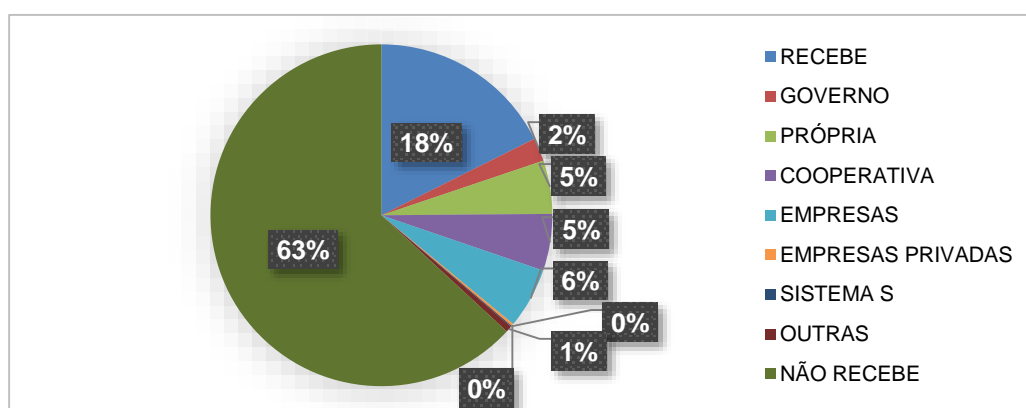
Gráfico 4 – Faixa de idade da Agricultura Familiar local (números absolutos)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O quinto gráfico apresenta a situação da agricultura familiar com relação à orientação técnica. Do total de 1759 estabelecimentos, (63%) não recebem assistência técnica, (18%) recebem, (2%) recebe do governo, (5%) a orientação técnica é própria e de cooperativa, e apenas (6%) são de empresas integradoras. Nesse sentido, é pertinente destacar que a orientação técnica ainda não consegue chegar na maioria dos estabelecimentos. Apesar de 63% dos agricultores familiares não receberem orientação técnica, é importante salientar que o acompanhamento técnico é um importante meio de levar aos agricultores familiares as informações necessárias ao desenvolvimento e melhoramento de práticas agropecuárias, visando à geração de emprego e renda na propriedade rural e o bem-estar da família.

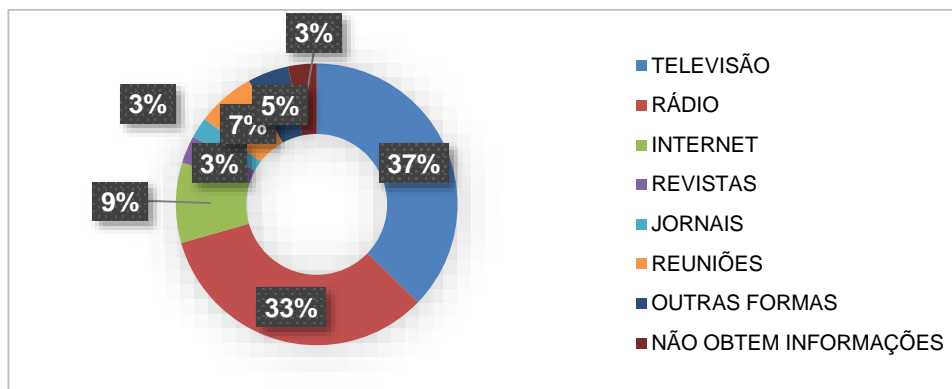
Gráfico 5 – Situação da agricultura familiar com relação à orientação técnica



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O sexto gráfico apresenta as formas de orientações técnicas recebidas. Nesse sentido, a televisão destaca-se como o principal meio utilizado pela agricultura familiar (37%). Na segunda posição, os agricultores utilizam o rádio (33%), e a internet representa apenas (9%). As revistas, os jornais e os agricultores familiares que não obtêm informações representam respectivamente (3%), já (7%) são através de reuniões e (5%) e de outras formas.

Gráfico 6 – Formas de orientações técnicas recebidas



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

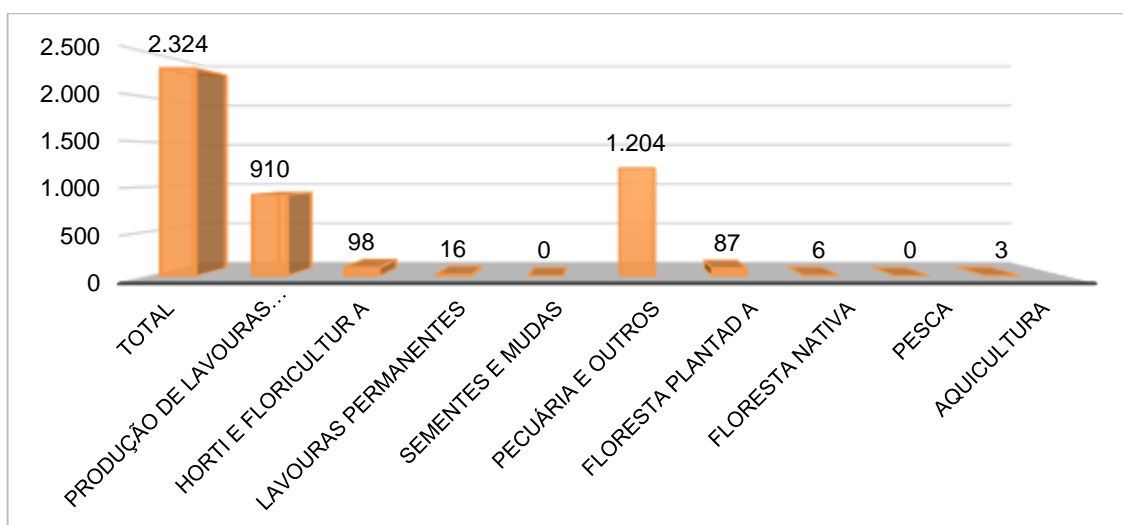
Temos que salientar a Emater/ASCAR-RS, que é presente em de 9.550 comunidades rurais dessas localidades no estado; que pulsa a atuação transversal do Serviço de Extensão Rural, revigorada pelo convênio com as Prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul. Os mais de 2.000 empregados se esmeram em prestar assistência técnica e extensão rural, aos assistidos, sempre honrando com a missão da Instituição, de ajudar a plantar um futuro melhor para quem produz e gera alimentos. E entende que é na conquista do respeito próprio e no resgate da autoestima que homens, mulheres, jovens, idosos e crianças do meio rural descobrem possibilidades coletivas de trabalho permanente por uma vida melhor, mais solidária e fraterna.

Aspectos econômicos

O Gráfico 7, a seguir, apresenta a condição dos agricultores familiares referentes aos aspectos econômicos. Do total do número de produtores destaca-se (1.024) produtores com pecuária e outros, em segundo lugar destaca-se lavouras permanentes (910) produtores. Os agricultores familiares do município ainda usam como fonte de renda horti e floricultura com (98) produtores e (87) com lavoura plantada, (16) com lavouras permanentes, e (6) floresta nativa. E (3) vivem apenas da agricultura. As categorias pesca e sementes e muda não apresentaram resultados.

A agricultura familiar é um dos principais setores que fomentam o crescimento econômico do Brasil. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apontam que existem 4,4 milhões de famílias agricultoras no país, o que faz com que o cultivo de alimentos em pequena escala já seja responsável pela produção de metade do que é consumido por brasileiros. Ainda de acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é considerada a atividade principal da economia de municípios com até 20 mil habitantes, além de ser fonte de renda para 40% da população brasileira e 70% das ocupações de trabalho.

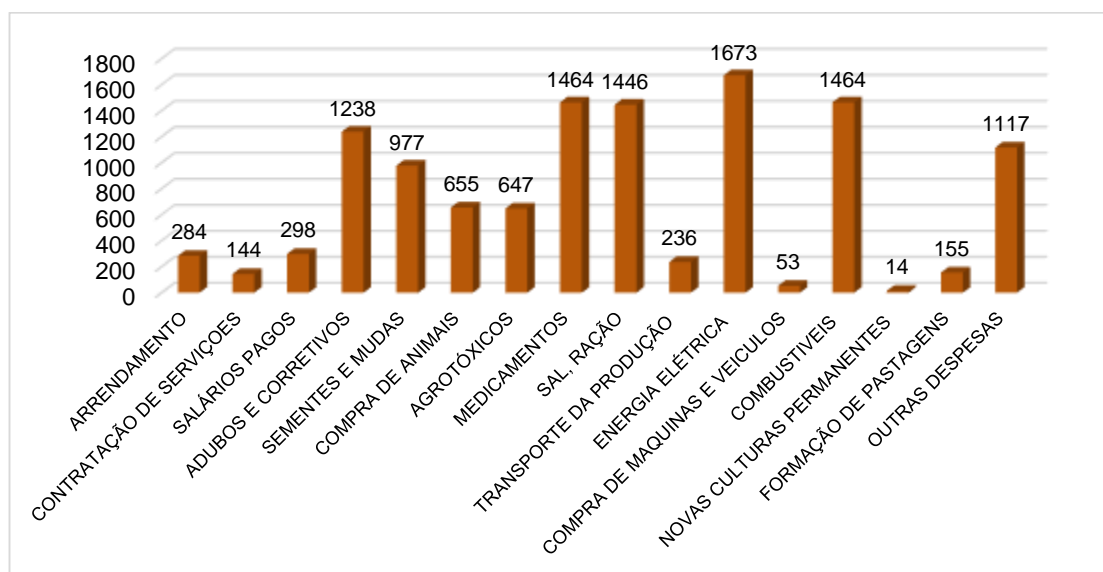
Gráfico 7 – Atividades econômicas



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

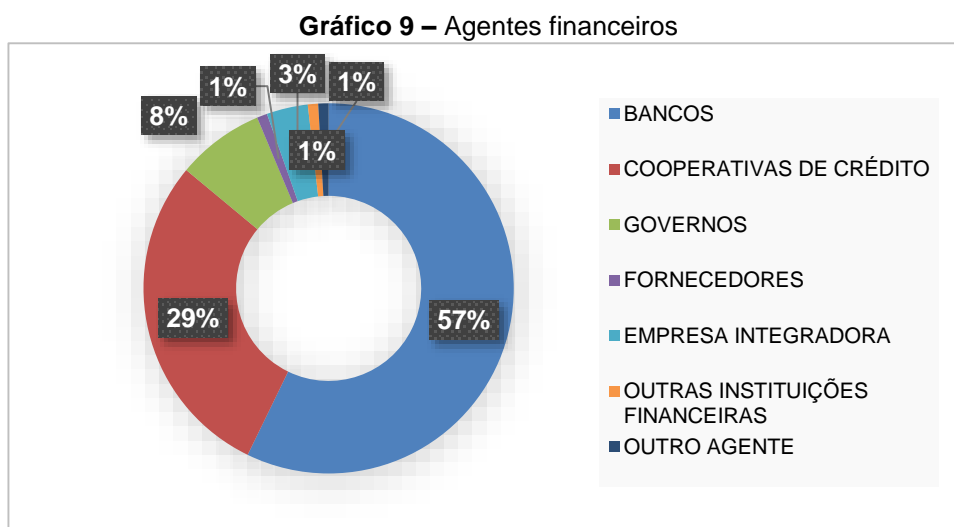
O gráfico 8 destaca as principais despesas da agricultura familiar em relação a sua produção e desenvolvimento econômico. Destaca-se como principal gasto que é energia elétrica (1673) estabelecimentos, em segundo lugar (1464) são gastos com combustíveis e medicamentos. (1446) gastos com sal e ração, (1238) com adubos e corretivos, (1117) outras despesas, (977) sementes e mudas, compra de animais (655), agrotóxicos (647), (298) salários pagos, (284) arrendamento, (236) transporte de produção, (155) formação de pastagens, (144) contratação de serviços, (53) compra de maquinas e (14) novas culturas. Quando o agricultor familiar consegue ter um bom controle dos seus custos, o processo da tomada de decisão se torna mais fácil, rápido e eficiente. Uma forma de se conseguir controlar os custos é fazendo relatórios da situação e da movimentação financeira mensal. Também deve sempre estar atento aos preços do valor de mercado, pois quando estes começam a oscilar, a rentabilidade e a lucratividade são afetadas diretamente (FRANCO et al., 2015).

Gráfico 8 – Principais despesas



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 9 apresenta o número de estabelecimentos da AF que possuem agentes financeiros utilizados, sendo bancos com a maior porcentagem de (57%) que representa 127 estabelecimentos, cooperativas de crédito com (29%) com 64 estabelecimentos, (8%) do governo que representa um total de 17 estabelecimentos, posteriormente com (1%) são fornecedores, outras instituições financeiras e outro agente com 2 estabelecimentos por categoria e por fim (3%) representando o total de 8 estabelecimentos.

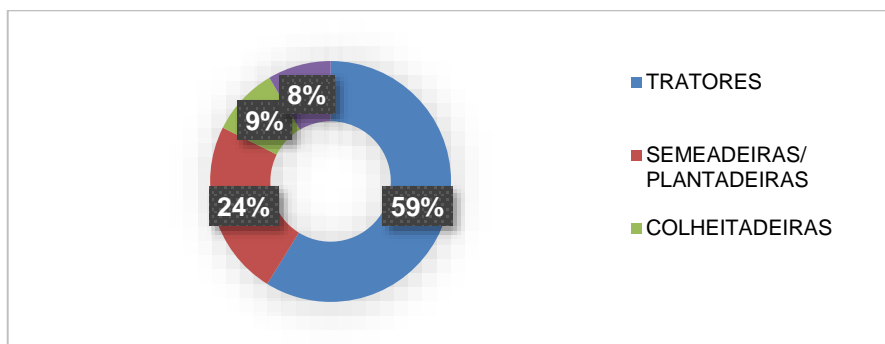


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 10 apresenta o uso de máquinas e implementos nos estabelecimentos da agricultura familiar, cerca de 604 estabelecimentos utilizam tratores (59%), 322 utilizam semeadeiras/plantadeiras (24%), 125 utilizam colheitadeiras (9%), e 116 utilizam adubadeiras que representa (8%). Sob o foco da utilização de máquinas e implementos agrícolas, todos fazem uso de algum tipo de equipamento, seja colheitadeira para facilitar a colheita, roçadeira para fazer a limpeza do terreno, arado ou grade para realizar revolvimento do solo para iniciar o cultivo, ou apenas o uso de tratores para transportar a produção.

O uso de máquinas agrícolas na produção, apesar da praticidade que promove, causam prejuízos ao solo que podem ser irreversíveis, como a compactação do solo graças ao impacto que o peso desses maquinários exerce sobre a superfície. Porém, sabe-se que a modificação da agricultura convencional para um modelo agroecológico necessita de informações sobre as maneiras tão diversas em cada espaço, situação e tempo, devido ao enorme número de estratégias que o agricultor encontra para permanecer no campo.

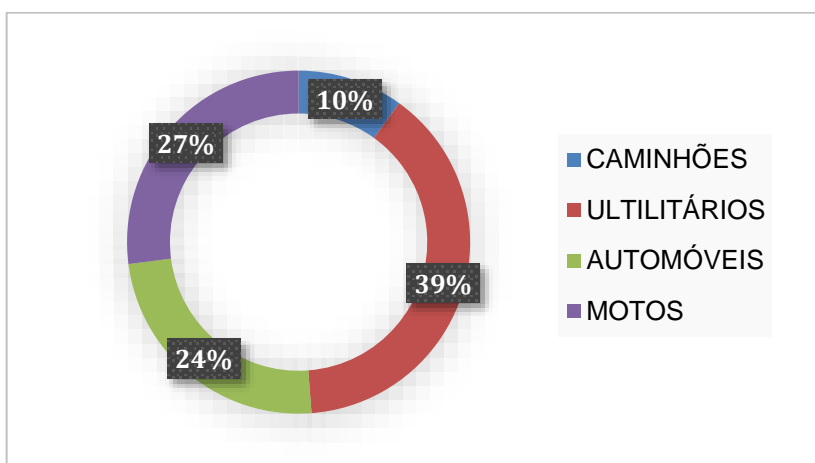
Gráfico 10 – Máquinas e Implementos



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 11 apresenta o número de estabelecimentos com veículos e utilitários, que é representado (39%) com 323 estabelecimentos, (27%) motos com 225 estabelecimentos, (24%) automóveis em 201 estabelecimentos e (10%) caminhões que representam 83 estabelecimentos. O produtor rural tem direito a diversos benefícios e preços diferenciados na aquisição de veículos, novos ou usados. É possível financiar o veículo com descontos, ou então participar de programas do Governo Federal que possuem taxas e prazos de pagamento menores do que aqueles ofertados pelo mercado, reduzindo os custos da produção agrícola.

Gráfico 11 – Veículos e utilitários



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

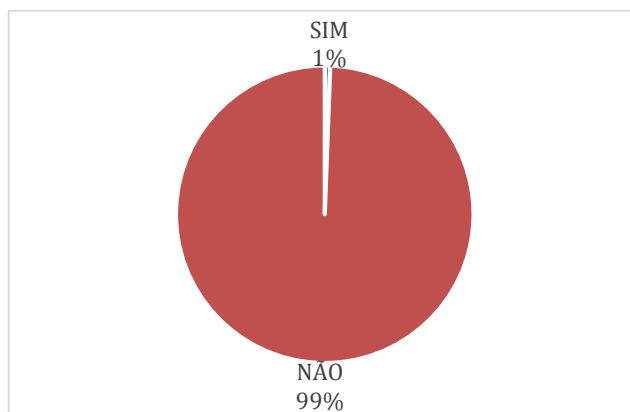
Em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2010). Segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel importante na implantação do

programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MDA, 2014).

Aspectos ambientais

O gráfico 12 apresenta o uso da agricultura orgânica na agricultura familiar, onde um total de 1759 estabelecimentos, 836 (99%) não pratica tal tipo de agricultura e apenas 5 (1%) estabelecimentos utilizam a agricultura orgânica e para produção vegetal. A preocupação com o meio ambiente e a cultura do produtor acabam influenciando na escolha de produzir produtos orgânicos. O que ocorre com frequência é os agricultores familiares por possuírem em seu negócio uma forma de subsistência, e não um meio pelo qual focam em lucros, buscam apenas sobreviver da venda dos seus produtos. Com a venda direta aos consumidores finais, tal como é realizado nas feiras, o produtor faz o seu marketing direto, fazendo com que seus clientes façam a sua propaganda dos produtos para seus familiares e conhecidos (STEFANO, 2013, FINATTO, SALAMONI, 2008). A produção de alimentos orgânicos precisa seguir as leis, normas e diretrizes estabelecidas por cada país para que os produtos tenham um padrão de qualidade e também forneçam segurança para o consumidor. A produção de orgânicos não agride o meio ambiente, não prejudica a saúde do produtor pois não há utilização de substâncias químicas no processo.

Gráfico 12 – Uso de agricultura orgânica

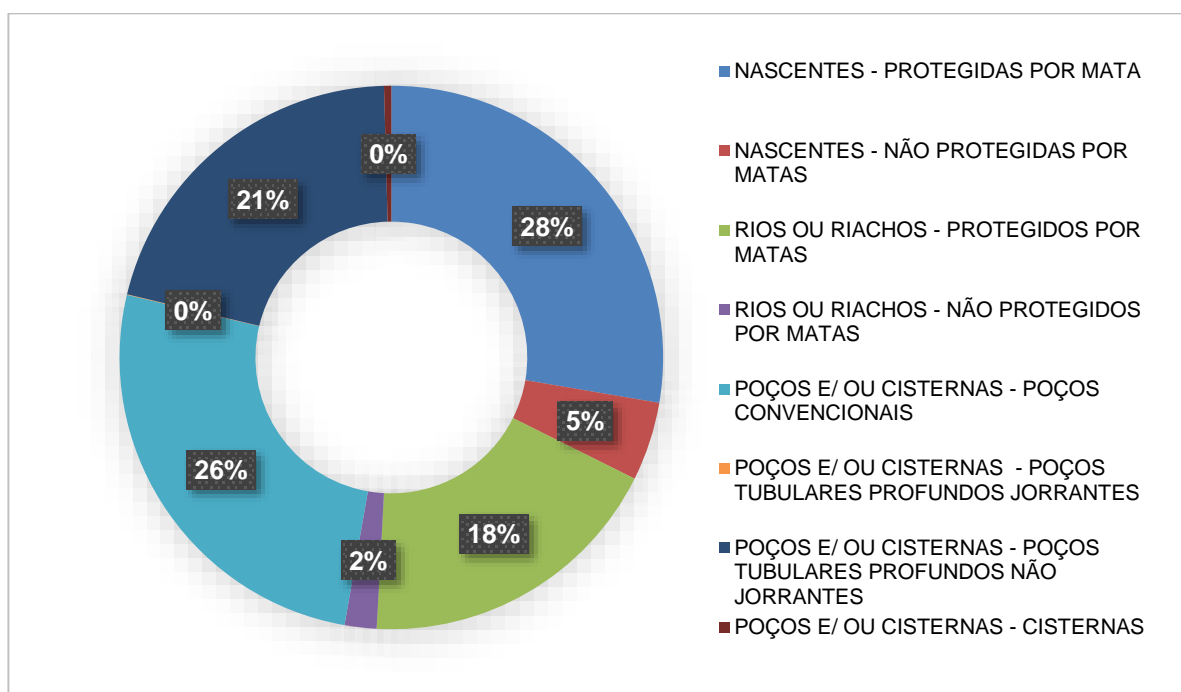


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 13 apresenta informações sobre o acesso à água e os estabelecimentos com os recursos hídricos. Os dados revelam que cerca de 833 estabelecimentos (28%) têm nascentes protegidas por matas, (26%) possuem poços convencionais (781 estabelecimentos), (21%) equivalem a poços tubulares profundos não jorantes, (18%) rios ou riachos protegidos por mata são referentes a 557 estabelecimentos, (5%) nascentes não protegidas por mata que equivalem a 141 estabelecimentos, e (2%) em 57 estabelecimentos rios ou riachos não protegidos por mata.

Diante da insuficiência da oferta hídrica no atendimento à demanda para o abastecimento humano e atividades produtivas, segundo Silva (2018), desde o final do século XIX as proposições de intervenção do poder público são concentradas na chamada “solução hidráulica” para o combate à seca, tendo por base as obras de engenharia de armazenamento de água na superfície, de aproveitamento das águas do subsolo e do uso da irrigação para dinamização da produção regional. De modo geral, conforme alerta Gnadlinger (2015), permanece o déficit histórico de segurança hídrica que atenda às necessidades da população: de água potável para beber, de água para uso comunitário e produção agrícola, de abastecimento em situações de emergência e para conservação e funcionamento dos ecossistemas. Além desse problema, prevalece a grande precariedade no que se refere à preservação das escassas fontes naturais de água existentes nas propriedades rurais.

Gráfico 13 – Acesso à água, estabelecimentos com recursos hídricos.

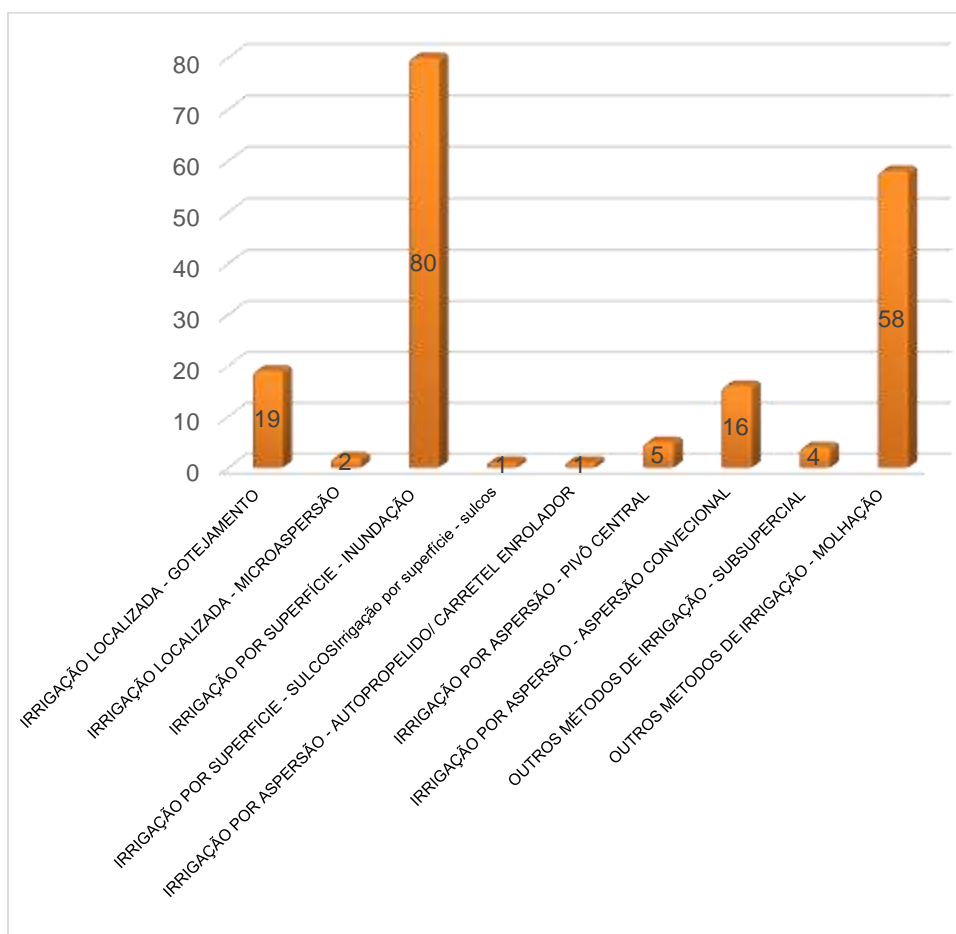


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 14 é referente ao métodos de irrigação, onde 174 estabelecimentos usam tais métodos, (80) estabelecimentos usam irrigação por superfície – inundação, (58) outros métodos de irrigação – molhação, (19) utilizam irrigação localizada – gotejamento, (16) Irrigação por aspersão - aspersão convencional, (5) irrigação por aspersão - pivô central, (4) outros métodos de irrigação – subsuperficial, e irrigação por superfície - sulcos e Irrigação por aspersão – auto propelido/carretel enrolador, possuem (1) estabelecimentos em cada método utilizado. Quanto aos métodos e sistemas de irrigação, deve-se reconhecer a diversidade dos mesmos, desde os mais simples, como a molhação com regador manual, aos mais sofisticados, de microaspersão e gotejamento. Considerar os métodos que estão sendo adotados pela agricultura familiar tem importância diante da constatação de que o uso da irrigação nas atividades agrícolas pode causar impactos positivos e negativos. Os primeiros se relacionam, sobretudo, à possibilidade de melhoria da eficiência do processo produtivo. No entanto, a

adoção de métodos e sistemas inadequados de irrigação, com desperdício de água, uso de agrotóxicos e a ausência de drenagem natural ou artificial, podem provocar, conforme diversos estudos (Silva Paz et al., 2000; Brito et al, 2010), graves impactos ambientais, como a contaminação de mananciais hídricos e os riscos de desertificação decorrentes de erosão e salinização dos solos e das águas. Em longo prazo, a degradação do solo, das nascentes e de outros mananciais hídricos termina por impactar a produtividade, causando prejuízos socioeconômicos significativos.

Gráfico 14 – Tipos e/ ou métodos de irrigação.

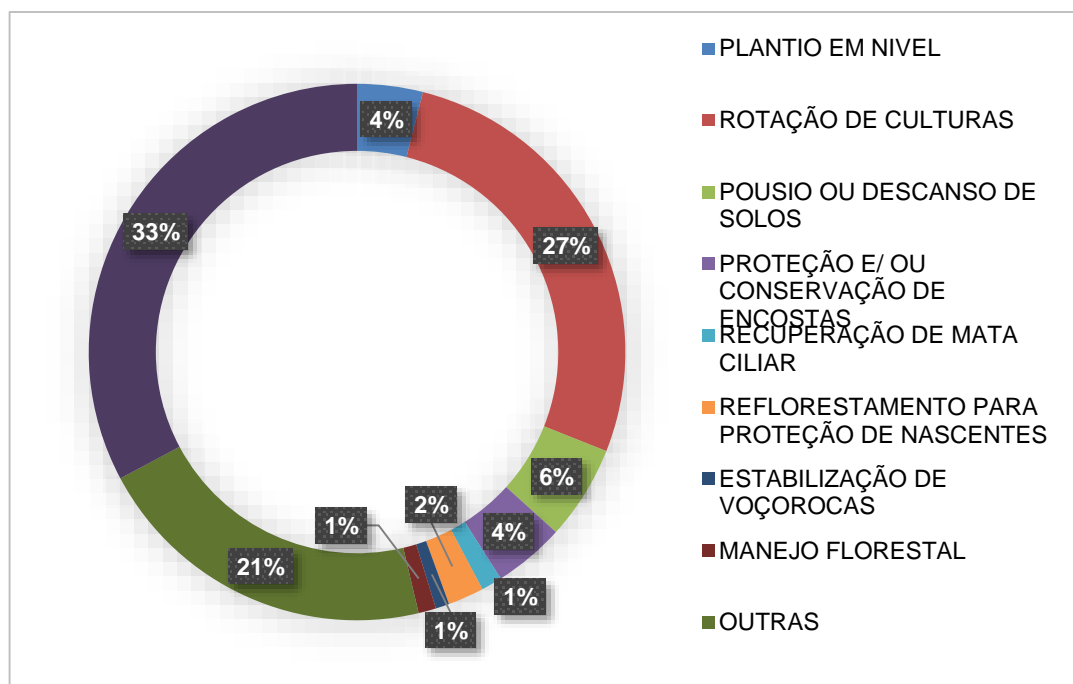


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 15 apresenta as práticas agrícolas utilizadas pela agricultura familiar onde (33%) não utiliza nenhuma prática, (27%) utiliza rotação de culturas, (21%) utiliza outras práticas, (6%) pousio ou descanso de solo, (4%) proteção e/ ou conservação de encostas, (2%) reflorestamento para proteção de nascentes e (1%) manejo ciliar, recuperação da mata ciliar e estabilização de voçorocas. As práticas agrícolas se referem às diversas formas e meios de trabalho que o ser humano cria e utiliza na relação com a natureza para viabilizar a agricultura. Expressam tanto o estágio de desenvolvimento das forças

produtivas – conhecimentos, técnicas, instrumentos, insumos etc. –, quanto às desigualdades de acesso às mesmas, considerando as relações sociais de produção dominantes (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Gráfico 15 – Práticas agrícolas da agricultura familiar



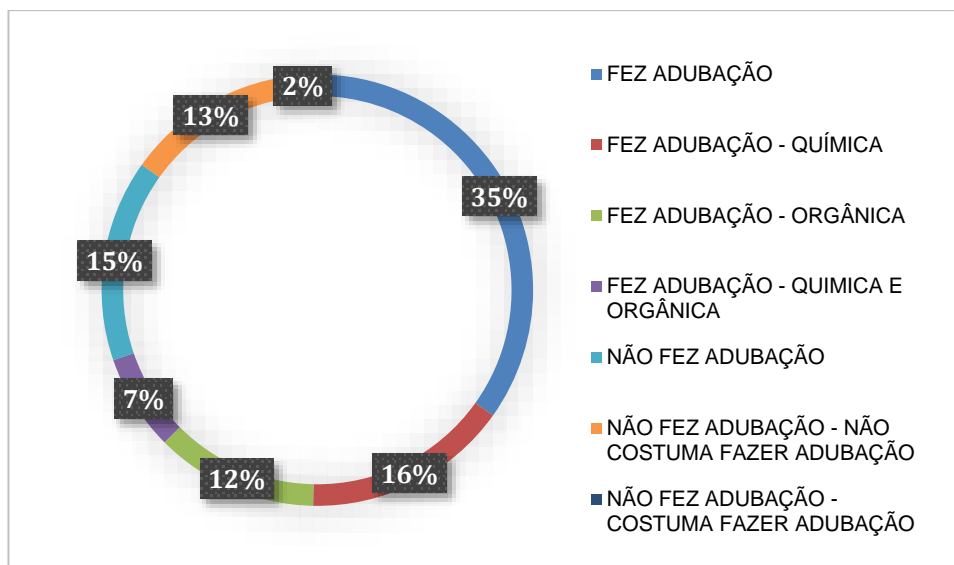
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 16 apresenta os dados sobre o uso de adubação química/orgânica, onde (35%) fizeram adubação que equivalente a 1219 estabelecimentos, (16%) fizeram adubação química que representa 540 estabelecimentos, (15%) não fez nenhum tipo de adubação (529 estabelecimentos), (13%) representando 450 estabelecimentos não fez adubação e não costuma fazer, 427 estabelecimentos referente a (12%) fez adubação orgânica, (7%) dos estabelecimentos fizeram adubação química e orgânica que condiz a 252 estabelecimentos, e por fim, 79 estabelecimentos que equivale (2%) não fez adubação e costuma fazer adubação.

Nas últimas décadas, com a ampliação da consciência sobre os impactos dos agrotóxicos e de outras práticas agropecuárias danosas ao meio ambiente e à saúde humana, diversos movimentos sociais e instituições de pesquisa têm destacado a importância da agroecologia e da produção orgânica e de base ecológica como estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A relevância se deve ao fato de que, considerando a baixa fertilidade natural dos solos em grande parte da região “[...] a prática da adubação dos solos é fundamental para obtenção de maior produtividade agrícola” (CASTRO, 2012, p. 21). Essa predominância da adubação orgânica, além de gerar bons resultados na produção agrícola, é um importante indicador ambiental, considerando que “o uso de fertilizantes químicos nitrogenados é

também problemático por ser uma das principais fontes de emissões diretas de GEEs [gases de efeito estufa] provenientes das atividades agropecuárias” (SAMBUICHI et al., 2012, p. 12).

Gráfico 16 – Uso de adubação química/ orgânica.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017)

A maior e mais importante contribuição gerada pelos agricultores familiares é na produção dos produtos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira. É comum encontrarmos um número maior de habitantes no meio rural em municípios em que há o predomínio da Agricultura Familiar. Segundo Schneider (1999, p. 133), “os agricultores familiares, mesmo com todos os problemas que a agricultura tem de ordem conjuntural e estrutural, têm o maior interesse em continuar na unidade agrícola com seu grupo familiar, produzindo alimentos para o consumo [...]”. O fortalecimento da agricultura familiar pode efetivamente constituir-se numa das principais estratégias de efetivação de uma política de segurança alimentar no Brasil, possibilitando tanto o incremento da produção agrícola nacional como também a reprodução social e econômica de um contingente significativo de trabalhadores rurais que, mesmo enfrentando algumas adversidades no campo, ainda resistem ao processo atrativo exercido pelos centros urbanos, permanecendo no campo e cultivando produtos para produção de alimentos.

Considerações Finais

Os resultados obtidos neste estudo, em conjunto com informações descritas por outros autores, e as análises feitas no Censo Agropecuário (2017) indicam que no segmento da agricultura familiar tem uma importância significativa, considerando sua abrangência, a capacidade de geração de postos de trabalho e a responsabilidade social por parte significativa da produção agrícola, sobretudo de alimentos que compõem a dieta regional. Considerando a realidade do município de Cachoeira do Sul, foi possível evidenciar que a agricultura familiar é caracterizada por alguns aspectos importantes: quanto à posse do imóvel, a maioria do total do número de estabelecimentos destaca-se a condição “proprietário” presente em 1.576 unidades. Já a porcentagem da escolaridade dos agricultores familiares destaca-se que 47% dos produtores sabem ler e escrever. Essa condição está presente em 1636 pessoas e, no entanto, 3% dos produtores não sabem ler e escrever, representando 123 pessoas.

Quanto à faixa etária da agricultura familiar local, foi possível observar que mais da metade da amostra está incluída no público com idade de 55 a 75 anos. Nesse sentido, destaca-se o envelhecimento da população da agricultura familiar, pois para o meio rural, o envelhecimento vai além das questões de saúde ou da aposentadoria, tornou-se uma questão social relevante no meio rural, principalmente pelo fato de que as novas gerações visualizam as cidades como espaços de vida mais promissores e, com isso, evidenciando ainda mais, especialmente de forma numérica, o envelhecimento da população rural que permanece.

Referente à condição dos agricultores familiares quanto aos aspectos econômicos, do total do número de produtores destaca-se 1.024 produtores com pecuária e em segundo lugar destaca-se lavouras permanentes 910 produtores. Sobre as principais despesas da agricultura familiar em relação a sua produção e desenvolvimento econômico, destaca-se como principal gasto que é energia elétrica e em segundo lugar são gastos com combustíveis e medicamentos. Referente aos agentes financeiros utilizados e bancos teve a maior porcentagem de 57% e cooperativas de crédito com 29%. No que diz respeito aos aspectos ambientais do total de 1759 estabelecimentos, 836 (99%) não pratica tal tipo de agricultura e uma minoria total de 5 estabelecimentos (1%) usa agricultura orgânica e para produção vegetal. É importante reconhecer a capacidade de resistência da agricultura.

Não obstante, verificaram-se grandes desafios que se colocam para esse segmento, que são resultantes das históricas heranças estruturais de concentração da terra e da água, das diversas formas de exclusão e de invisibilidade social, com implicações diretas nas condições de vida das famílias mais pobres no meio rural. Como limitações tivemos o uso de banco de dados para fazer os resultados da pesquisa e que não foi feita diretamente com o produtor, porém ficou clara a necessidade de entender que cada agricultor envolvido nesse estudo tem atitudes em relação ao meio ambiente de acordo com as situações que lhes são convenientes para que possa sobreviver em seu meio rural. E como sugestões é referente ao controle dos seus custos, o processo da tomada de decisão se torna mais fácil, rápido e eficiente. Uma forma de se conseguir controlar os custos é fazendo relatórios da situação e da movimentação financeira mensal. Também deve sempre estar atento aos preços do valor de mercado, pois quando estes começam a oscilar, a rentabilidade e a lucratividade são afetadas diretamente

Referências Bibliográficas

BOLTER, J. A.G.; HASS, J. M.; FENNER, R.S.; Desenvolvimento rural no Brasil. Quais são as ações e quem as formula? Uma análise a partir das redes do estado e dos movimentos sociais. **Ignis**; Caçador, v. 1 n. 1 | jan./jun. 2012

BRUM, A. J.; Modernização da Agricultura – Trigo e Soja, **Petrópolis: Vozes**: Ijuí FIDENE, p. 31- 89, 1988.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf. Disponível em: Acesso em: 01 de mai de 2020.

BRITO, L. T. L.; BRAGA, M. B.; NASCIMENTO, T. Impactos ambientais da irrigação no Semiárido brasileiro. In: Brito, L. T. L.; Melo, R. F.; Giongo, V. (Ed.). Impactos ambientais causados pela agricultura no Semiárido brasileiro. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010. p. 137-169. Disponível em: Acesso em: abr. 2020

BRASIL - República Federativa. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Disponível em: Acesso em: abr.2020.

CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. **Textos para discussão**, n. 1786, nov. 2012. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: Acesso em: jan. 2020.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, 2002a. v. 1. 2002, 53 p

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural**: uma abordagem ilustrativa. Londrina: IAPAR, 2002b. v. 2.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. Pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, 1998, p. 26-52.

DUARTE, L. C.; WEBER, C.; AMORIM, G. S.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. Mercados para a agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, 2020, p. 44370-44384.

EMATER. Programas PNAE e PAA. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2020.

FELDENS, L.; *O homem, a agricultura e a história* / Leopoldo Feldens - Lajeado : Ed. Univates, 2018, p.171.

FLORES, M.; Assistência técnica e agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J.; (org.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: **CNPq./Paralelo**.2002, p.347-360.

GUILHOTO, J. J. M.; et al. PIB da Agricultura Familiar: Brasil Estados. Brasília, DF: MDA, 2007, p. 145

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

GNADLINGER, J. Água de chuva no manejo integrado dos recursos hídricos em localidades semiáridas: Aspectos históricos, biofísicos, técnicos, econômicos e sociopolíticos. In: Santos et al. *Captação, Manejo e Uso de Água de Chuva*. Campina Grande: ABCMAC/INSA, 2015, p. 37-74.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos 2010. Inovações e impactos nos sistemas de informações estatísticas e geográficas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/cachoeira-do-sul.html> Acesso em 30 de nov 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

JACCOUD, L.; (org.) Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

MAIA, E. M. M. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). **Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro**, v. 15 n. 1., 2015, p.1-19.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.; *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 794.

MATTAR, F.N.; *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 206.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.

MDA. Agricultura familiar. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 29 nov. 2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília/DF: NEAD, 2010.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

PASQUALOTTO, N.; Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável [recurso eletrônico] / Nayara Pasqualotto, Marielen Priscila Kaufmann, José Geraldo Wizniewsky. – 1. ed. – Santa Maria, RS UFSM, NTE, 2019. 1 **e-book**

PEREIRA, M. F.; Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 287-311, set./dez. 2010.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura Familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**. Alta Floresta: UNEMAT, v. 14, n. 1. 2016 p. 86-96.

REIS, E.; Estatística descritiva. Lisboa: Silabo, ed. 4, 1998, p. 245.

RIBEIRO, D. O povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol.30. no.3. São Paulo July/Sept. 2010.

STEFANO, N. M. Quadro atual dos produtos orgânicos e comportamento do consumidor. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, 2013.

SILVA PAZ, V. P.; TEODORO, R. E. F.; CAMPOS, F. Recursos hídricos, agricultura irrigada e meio ambiente. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, 4(3), 465-473, 2000. doi: 10.1590/S1415-43662000000300025.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da (Orgs.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma

trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. **Brasília: IPEA, 2017.** (Introdução, p. 11-23). Disponível em: Acesso em: fev. 2020.

SCHNEIDER, M. J.; et al. A Participação da Agricultura Familiar na Defesa do Direito à Alimentação Escolar Saudável no Município de Missal – Paraná. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 10, p.316-345, 2015.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev., 2003.

TEIXEIRA J C. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 2005; 2(2):21-42.